



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2024, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às onze horas e sete minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e quatro, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob a Presidência do Senador Jorge Kajuru, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Styvenson Valentim, Leila Barros, Izalci Lucas, Margareth Buzetti, Fabiano Contarato, Jaques Wagner, Janaína Farias, Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Eduardo Girão, Astronauta Marcos Pontes, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Damares Alves e Ireneu Orth, e ainda dos Senadores Dr. Hiran, Beto Faro e Paulo Paim, não-membros da comissão. Deixam de comparecer os Senadores Efraim Filho, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Marcos do Val, Weverton, Omar Aziz, Sérgio Petecão, Otto Alencar e Rogério Carvalho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta:

Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 3673, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta.

ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1482, de 2023 - Não Terminativo - que: "Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável ao projeto. **Resultado:** Retirado de pauta.

ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública nº 28, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a temática dos jogos de azar na visão da segurança pública." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF). **Resultado:** Aprovado.

ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública nº 29, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2024, seja incluído convidado." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado.

ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública nº 30, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e autor da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico e Violência de 2000." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado.

ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Segurança Pública nº 31, de 2024 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (NOVO/CE), Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). **Resultado:** Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Kajuru

Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2024/05/28>

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Fala da Presidência.) – Brasileiras e brasileiros, minhas únicas vossas excelências, Deus e saúde à nossa pátria amada e, neste momento em especial, às gaúchas e aos gaúchos.

Esta é a Comissão de Segurança Pública e hoje é 28 de maio de 2024.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16^a Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15^a Reunião, realizada em 21 de maio.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens constantes da pauta.

A Presidência esclarece que nesta reunião os Senadores poderão registrar presença tanto presencialmente quanto por meio do aplicativo Senado Digital.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de começarmos nossas deliberações, informo que o item 1, Projeto de Lei 3.673/2021, e o item 2, Projeto de Lei 1.482/2023, foram retirados de pauta a meu pedido e também a pedido do Senador Flávio Bolsonaro, nós dois como Relatores das matérias.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 3673, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 28-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para aperfeiçoar o instituto do acordo de não persecução penal.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 20/05/2024, foram apresentadas as Emendas nºs 1 e 2, de autoria, respectivamente, dos Senadores Sergio Moro e Alessandro Vieira;

2. A matéria seguirá posteriormente à CCJ, em decisão terminativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 1482, DE 2023

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Promoção da Cultura de Paz nas Escolas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável ao projeto.

Observações:

1. Em 21/05/2024, foi lido o relatório e concedida vista ao Senador Sergio Moro;



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Em 27/05/2024, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Sergio Moro;

3. A matéria seguirá posteriormente à CE.)

Como os requerimentos, que são quatro, constantes da pauta já foram lidos na reunião anterior, realizaremos a votação em globo dos Requerimentos 28, 29, 30 e 31, de 2024, Comissão de Segurança Pública.

Em votação, os requerimentos.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

(São os seguintes os itens aprovados:

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 28, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a temática dos jogos de azar na visão da segurança pública.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 29, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 24/2024, seja incluído convidado.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (PSB/GO) e outros

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 30, DE 2024



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 20/2024 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos e autor da Lei de Proteção às Vítimas de Tráfico e Violência de 2000.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA N° 31, DE 2024

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 59/2023 - CSP seja incluído o Exmo. Sr. Cris Smith, Membro da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos.

Autoria: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE) e outros

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pois não, amigo, meu irmão Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Em primeiro lugar, eu queria cumprimentá-lo por abrir essa sessão numa semana típica, em que nós temos aí um feriado, mas o Senado, a Comissão de Segurança Pública cumpre seu papel fazendo... Eu acho que é uma das Comissões mais atuantes aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É a mais.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – É a que mais tem sessões e eu fico muito orgulhoso, Senador Hamilton Mourão, Presidente. Aqui o Senador Petecão é o Presidente titular, mas o senhor está sempre presente aqui, em todas as sessões.

E eu queria lhe agradecer, agradecer à Secretaria por colocar esses requerimentos para votar e por nós, colegas, todos aqui dessa Comissão, termos aprovado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só queria fazer uma consideração, porque eu estive nos Estados Unidos há cerca de 20 dias, junto a Senadores e Deputados americanos sobre a questão da liberdade de expressão, um problema grave do nosso país. E lá, exatamente, o Deputado Chris Smith, de quem nós acabamos de aprovar um requerimento, ficou estarrecido com relação a presos políticos. Ele é um defensor histórico dos direitos humanos internacional, é o Presidente do comitê lá com relação a essa temática tão importante, e conduziu uma sessão na qual foram ouvidos jornalistas, o Shellenberger, que é um jornalista que inclusive morou no Ceará, lá em Fortaleza, mas hoje ganhou uma referência internacional por causa do... Ele foi quem fez o furo do Twitter Files, dos arquivos do Twitter. Também estavam lá o Paulo Figueiredo, outro jornalista, o dono da Rumble estava também, teve o contraponto também lá de um outro acadêmico.

E foi muito bacana o evento, lotado de pessoas assistindo, com Deputados indo e saindo...

E eu fico muito feliz em aprovar esse requerimento, porque é o convite oficial ao Deputado Chris Smith para vir ao Brasil e testemunhar com os próprios olhos que nós temos presos políticos no Brasil, pessoas que não têm direito à ampla defesa, ao contraditório, e cujos advogados não têm acesso aos autos; ou seja, está sendo rasgado o nosso ordenamento jurídico, a nossa Constituição por aqueles que deveriam ser os primeiros a resguardá-la, que são os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, vai ser muito importante a vinda aqui ao Senado, com essa aprovação, do Deputado Chris Smith, e eu agradeço a todos os Senadores pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Bom, aproveitando, amigo Girão, irmão, que você falou a palavra liberdade de expressão, eu vou relatar aqui, em primeira mão, para vocês três que estão aqui, amigos queridos – Mourão, Presidente; Moro, Ministro, Senador –, e para todos e todas que estão presentes.

Veja se tem cabimento. Eu acabo de sofrer mais uma condenação no Supremo Tribunal Federal por parte do Ministro Alexandre de Moraes e vou explicar. Uma das virtudes que eu sempre, em entrevista – e você é testemunha que eu até da tribuna do Senado já fiz – do ex-Presidente Jair Bolsonaro, foi quando ele me ouviu, e o Ministro Moro, que estava na Segurança Pública, não pôde estar presente... Não sei se você vai se lembrar, Moro, de uma reunião de duas horas e meia do Presidente Bolsonaro e eu, quando eu levei um calhamaço de informação de um goiano que queria ser ministro dele e estava já nomeado, ou seja, definido. Ele ia só publicar.

Eu entreguei ao Presidente, que tentou falar com o Ministro Moro, mas o Ministro Moro estava em uma reunião fora; chamou o Ministro Tarcísio, e o Ministro Tarcísio foi para lá; chamou o delegado da Polícia Federal e falou: "O Kajuru acaba de me entregar tudo isso aqui". Conclusão: o ministro nem assumiu. O Presidente Bolsonaro aceitou todas as minhas ponderações quando eu disse para ele: "Vai ser um desastre para o seu Governo, que está iniciando bem e que até agora não tem nenhum sinal de corrupção. Esse ministro cheira a corrupção".



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, no final, fui processado em cinco processos cíveis – porque tem esta mania, como se a honra tivesse preço: você paga R\$10 mil para a pessoa e pronto, a sua honra está limpa. Honra não tem preço, pelo amor de Deus! –, cinco! A Ministra Cármem Lúcia me absolveu dos cinco, e aí vieram os criminais. Se eu fui absolvido nos cíveis, eu esperava o quê? Que também o fosse nos criminais, o que me parecia coerente. Não! Tomei uma indenização agora de R\$40 mil.

Aí a Advocacia-Geral do Senado se reuniu comigo agora e falou que nós deveríamos pensar – e aqui eu peço a opinião de vocês e sugiro que a gente faça uma reunião sobre isso – em entrarmos, até de forma legislativa, com algo que está sendo destruído, rasgado na Constituição do país, que é o art. 53, que trata da imunidade parlamentar, que simplesmente para alguns Ministros não existe. O Ministro Barroso chegou a falar: "Não, não existe imunidade nem na tribuna". Então, existe imunidade onde? Que artigo é este art. 53? A gente não tem liberdade, então, para falar nada? O que eu fiz de mais? Eu apenas apresentei ao Presidente Bolsonaro, então, informações para que ele refletisse sobre aquela nomeação que poderia existir a qualquer momento. Eu mereço ser processado por isso?

Eu sou absolvido no cível; aí, de repente, vem outro processo; e, agora, vem o criminal – a qualquer momento, deve ser a semana que vem. Mas o Ministro Alexandre de Moraes... E a turma o acompanhou. É sempre assim, não é? Eu tomei esse processo de indenização e, aí, acabei de somar. Então, para não ser longo aqui, para imitar o Presidente Mourão e ser objetivo, eu acabei de somar agora, lá no meu gabinete: em 50 anos de carreira, Ministro Moro, sabe quanto foi o total que eu já paguei de indenização? R\$1,863 milhão.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Senador Kajuru, tem uma questão que é interessante. Se a gente for ver o texto histórico da Constituição, desde a evolução dela, já teve momentos em que a imunidade material foi excepcionada à calúnia e à difamação. Isso aconteceu na época do regime militar, por exemplo, ou seja, permitiam, deixaram expressamente na Constituição que calúnia e difamação não estavam incluídas na imunidade material. Isso foi mudado na Constituição de 1988; o texto foi mudado!

A ilustrar, é claro que ninguém defende calúnia e difamação, mas, às vezes, o que se fala, o que se interpreta como calúnia e difamação, de fato, não o é; é imunidade material. Agora, há algo que poderia ser feito desde logo, sem alteração do texto nesta Casa, porque, quando há o recebimento da denúncia pelo Supremo contra um Parlamentar, há uma comunicação à Casa, e a Casa pode sustar o andamento do processo. Poderia ser feito isso. Especialmente, acho que, em casos de imunidade material, isso poderia ser feito de imediato, sem alteração do texto. É claro que a ideia de alterar o texto também é pertinente, mas eu me solidarizo com V. Exa.

É claro que eu não vejo com bons olhos nenhuma calúnia, nenhuma difamação, mas a largueza que existe dentro da necessidade do debate parlamentar tem que ser preservada. E eu vou dizer, assim, bem



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sinceramente: eu já me senti ofendido por V. Exa. Eu acho que V. Exa. fez um discurso equivocado nas suas premissas lá atrás...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – E eu lhe pedi desculpas publicamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Sim, mas eu não o processei, porque eu acho que Parlamentar processar Parlamentar por calúnia e difamação é realmente querer atirar no próprio pé, não é? Eu acho que não faz o menor sentido. Eu recebi o seu pedido de desculpas, é um assunto superado, só coloquei isso aqui como uma questão de exemplo.

Mas uma alternativa para talvez V. Exa. dar uma olhadinha – embora o processo eu não saiba se já foi julgado ou não – é se poderia haver uma sustação do andamento desse processo nesse momento processual, por um movimento aqui do próprio Senado. V. Exa. pode falar com o Senador Rodrigo Pacheco, e, particularmente de mim, teria o apoio, porque eu não creio que um Parlamentar possa ser condenado por calúnia e difamação por conta da imunidade material. E a gente não está falando do Parlamentar não ser processado por corrupção ou por algum crime comum, mas pelo exercício da palavra, o que é paradoxal.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Primeiro, eu agradeço a sua solidariedade, amigo Ministro Moro, Senador. Foi exatamente o que aconselhou a Advocacia do Senado agora na reunião comigo, pelo que eu até me atrasei na Comissão do Rio Grande do Sul. E já vamos conversar hoje com o Presidente Rodrigo Pacheco, porque, inclusive, segundo os advogados, o Supremo Tribunal Federal ou a turma que me julgou deveria entrar em contato com o Senado, deveria dar conhecimento ao Senado, e o Senado não foi notificado, o Senado não foi informado, nem os meus advogados, ou seja, é como se fosse uma coisa na madrugada, simplesmente isso, de surpresa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. *Fora do microfone.*) – É o argumento para encaminhar sua sustação...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É o argumento para caminhar a situação, exatamente. Como o senhor juridicamente sabe tudo, os bons advogados do Senado também deram esse conselho.

Enfim, é a vida. Vamos continuar trabalhando, porque nós temos outras missões.

E não havendo mais nada...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Presidente Kajuru...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ah, desculpe, Presidente Mourão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.)

– Eu só queria me solidarizar com V. Exa.

Realmente, se nós estamos no Parlamento, é para falar. Essa é a realidade. E calúnia, difamação é algo em que a gente não pode ser enquadrado assim, da forma como vem sendo colocado. Então, nós estamos vivendo um tempo estranho, porque, fruto dessa questão das redes sociais, a Suprema Corte vem querendo impor uma forma de interpretar a legislação. E, vamos dizer, tem uma ideia positiva de impedir que essa guerra de opiniões prossiga, mas, às vezes, a gente, para extirpar um mal, acaba causando um mal muito maior. É isso que está acontecendo, principalmente em relação a nós Parlamentares.

Eu fico imaginando se o Carlos Lacerda fosse vivo e fizesse um discurso aqui!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Nossa Senhora!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Estaria pagando horrores aí o Carlos Lacerda! (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Ele me superaria.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – Você era fichinha perto do que o Carlos Lacerda estaria pagando.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Fichinha!

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar Aliança/REPUBLICANOS - RS) – A gente tem que ter muito cuidado nisso aí.

E aquilo que o Senador Sergio Moro colocou eu acho que é o caminho – e você também foi aconselhado assim pelo pessoal da Advocacia do Senado –; é o caminho que nós temos que buscar para equilibrar essa balança. A balança tem que estar equilibrada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Muito obrigado, Presidente General Hamilton Mourão, também, pela solidariedade. E acompanho todas as suas palavras.

O Senador Girão, que já teve até rede social bloqueada – eu também já tive...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Não; não tive, não.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Não; você teve o YouTube, não foi?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Foi. Foi retirada uma entrevista que eu dei. Olhem a que ponto nós chegamos!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Eu já tive mais de 30 retirados.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Pela ordem.) – Presidente, deixe-me falar uma coisa.

Em primeiro lugar, quero manifestar minha solidariedade com o senhor. Eu me lembro desse seu discurso. Nós chegamos juntos aqui ao Senado; o Senador Sergio Moro, o Senador Hamilton Mourão chegaram no ano passado, mas eu entrei nessa legislatura com o senhor. Manifesto a minha solidariedade.

Desde 2019, eu vejo cada vez mais colegas meus... E, muitas vezes, eu me pego medindo palavras quando estou na tribuna, quando estou em alguma entrevista. É uma coisa automática. Que democracia é esta do Brasil?! O art. 53...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... não serve de nada. Parlamentar pianinho pensando se pode ou não pode falar?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Tendo que escrever pronunciamento porque, se falar de improviso...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rapaz, isso é uma vergonha!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – É uma vergonha.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Sabe por que nós estamos assim? Com todo o respeito – e aqui eu respeito quem pensa diferente –, é porque este Senado é acovardado. E eu faço parte deste Senado, mas a postura de 200 anos do Senado é essa! Porque não é respeitado, o Senado não é respeitado pelos outros Poderes, especialmente pelo Poder Judiciário – pelo STF, especificamente.

Em 200 anos, com tanta coisa que aconteceu, com tanta robustez de documentos em que a gente viu os colegas darem entrada, de *impeachment*, não ter analisado nenhum? Nenhum?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – De CPI do Judiciário?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – De CPI do Judiciário, da Lava Toga, que chegou bem pertinho, aí, começou a retirada de assinatura, por interferência de um Poder sobre o outro, porque teve ligações para Parlamentares. Aquela foi uma época em que houve o início dessa pajelança que está acontecendo no Brasil.

No dia em que nós tivermos o Senado se levantando com altivez e cumprindo seu dever constitucional, aí, sim, nós vamos ter no Brasil a independência entre os Poderes, uma verdadeira harmonia e a democracia voltando. Porque sabe qual é a imagem que me passa? Eu não sei se você já fez alguma constelação familiar...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Já.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O processo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Com a Dra. Dagmar.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pronto. A imagem que me passa é a do Senado no chão, sem força. Essa é a imagem. E a população está captando isso, cada vez mais está captando isso.

Então, sabe qual é, aqui, uma coisa que ressolveria e nós já votamos? Nem eu, nem Kajuru, nem Senador Hamilton Mourão, nem Senador Moro, mas a legislatura passada, de Alvaro Dias, votou o projeto dele, por unanimidade, que é sobre o fim do foro privilegiado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acabava com isso aí. Já era o primeiro passo de libertação. Por quê? Porque os processos de Senadores...

Está aí o seu caso, por exemplo. O seu caso: se fosse para a Justiça comum, se estivesse na Justiça comum, se é calúnia, difamação o que a pessoa está sentindo, ela entra na Justiça comum, e vai ter o processo, vai ser ouvida. Agora, já vai cair na mão do Ministro do Supremo...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Direto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... que você aqui tem o dever de investigar? Como é que isso vai para frente? Como é que isso funciona? Como é que se vai assinar CPI de Lava Toga? Como é que se vai assinar *impeachment*, se qualquer coisa chega ao Ministro do Supremo, e fica na mão o Senador? – e vice-versa, só que aqui não se move. Então, é um Poder protegendo



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o outro. Aí, para as pessoas entenderem, é aquele símbolo do infinito. Isso está errado. A gente não pode se calar em relação a isso.

Então, Senador Kajuru, conte comigo integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Obrigado, amigo. Sempre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – O senhor sabe, de todas as formas, que o senhor pode contar comigo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Sempre.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Acredito que precisamos dar esse passo.

O foro privilegiado, o fim dele foi votado no Senado; está na mesa do Presidente da Câmara, Arthur Lira, há seis anos – há meia dúzia de anos está lá.

Eu entrei com uma PEC aqui, Senador Mourão, para que tivesse a liberdade de abrir mão do foro privilegiado. Se a pessoa... Eu entrei com a PEC. Está aí! Não andou – é claro, ela não anda –, mas está aí uma PEC para que a gente tenha a liberdade de querer ou não o foro, porque, no momento em que está o Brasil, com essa exacerbação de um Poder sobre o outro, esmagando o outro, não é bom para o Parlamento você ficar pensando em que palavra pode dizer, porque pode... pelo amor de Deus!

Um grande abraço, conte comigo e muita paz.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Kajuru. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Girão, euuento contigo sempre. E aqui eu não tenho nada... Eu sou escancarado mesmo.

Para concluir, para a gente encerrar a reunião... Você se lembra, no ano passado, daquela outra pancada minha, que foi de R\$100 mil de indenização, pelo Supremo Tribunal Federal. Isso foi, simplesmente, porque eu fiz um pedido de *impeachment*, com um abaixo-assinado de 3 milhões de pessoas, que você, eu e o Styvenson entregamos para o Presidente Rodrigo Pacheco.

Vejam o que é guardar rancor no *freezer*. Então, guarda-se rancor no *freezer*, e eu sofro essa punição. Aí, eu entrei em pânico, porque eu vivo do meu salário, como o Mourão sempre fala e brinca: "Nós vivemos do nosso salário, não é?". Eu agora estou tendo que fazer programa de televisão para voltar a ganhar um pouquinho mais de dinheiro, porque eu estava fora da televisão; senão, eu tenho que recorrer aos amigos. Inclusive o Girão e o Oriovisto emprestaram dinheiro para mim na época para pagar essa indenização de R\$100 mil. É a vida. Mas vamos lá.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais nada a acrescentar, está encerrada a reunião.

Obrigado por estes momentos importantes que vocês me ofereceram aqui de solidariedade, que é o que mais nós precisamos ter neste país, especialmente com o nosso amado Estado do Rio Grande do Sul.

(Iniciada às 11 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 29 minutos.)